

ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

1. DEFINIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E DA DINÂMICA DE TRABALHO

A Equipe Gestora Central definirá quem, entre seus membros, será o responsável por esta frente de trabalho. O responsável elaborará um plano de trabalho que inclua todos os demais membros da Equipe em momentos determinados para a formação conjunta e tomada de decisões estratégicas.

Pode ser necessário envolver ainda outros interlocutores da Secretaria, considerando que as Diretrizes Curriculares repercutem e impactam em: formação, jornada de trabalho e definição de funções de professores e demais funcionários das escolas; ações e parcerias intersetoriais; ações e parcerias regionais; alterações na estrutura física e mobiliário das escolas; definição dos recursos pedagógicos, gestão das escolas; formação de conselheiros, parceiros e outros agentes.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

2. ESTUDO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES NACIONAIS

O responsável e envolvidos nesta frente de trabalho deverão ter domínio técnico sobre os documentos orientadores nacionais: as Diretrizes Curriculares Nacionais e em fase de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular.

Também é importante conhecer os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as metas do Plano Nacional de Educação referentes ao currículo.

Depois de estudar cuidadosamente estes documentos, os responsáveis deverão estruturar os meios para que eles se tornem acessíveis à população e conhecidos por toda a rede, considerando as diferentes ferramentas de comunicação disponíveis e sua adequação para os diferentes públicos. Estes documentos também deverão ser incluídos nas ações de formação previstas.

MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (1996) – é a Lei maior, com valor Constitucional, nenhuma outra lei ou regulamentação pode contrariá-la.

Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) – decretadas pelo Conselho Nacional de Educação

Plano Nacional de Educação (2014) – aprovado pelo Congresso Nacional, também tem valor de lei.

Base Nacional Comum Curricular – em fase de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DCN E ELABORAÇÃO DA PARTE DIVERSIFICADA DA BNCC

Atendendo ao que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais, os municípios e estados deverão criar as condições para que suas escolas possam desenvolver a parte diversificada do currículo, referente às características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia.

É importante ressaltar que a parte diversificada não trata de um complemento, mas sim de uma estratégia fundamental para processos efetivos de aprendizagem previstos na parte comum. A contextualização é o que garante a compreensão de que as práticas de linguagem derivam de situações da vida social, que os conhecimentos e artes são produtos de determinadas relações. O conhecimento consistente da realidade local desenvolve as capacidades de contextualizar, questionar, imaginar, visualizar, decidir, representar e criar, capacidades fundamentais para o desenvolvimento da competência de abstrair conceitos e padrões. Sobretudo, é este conhecimento do contexto que possibilita o desenvolvimento da capacidade de intervir na realidade, objetivo maior das ciências. Conhecer e valorizar a cultural local possibilita ainda afirmar e questionar identidades, capacitando os estudantes a melhor se conhecer e desenvolver seus potenciais. A parte diversificada da base curricular é, portanto, intrinsecamente ligada à parte comum.

Para sua elaboração, os responsáveis deverão definir uma agenda de co-criação envolvendo os professores da rede em encontros temáticos, oficinas de trabalho e debates sobre a realidade local. O trabalho poderá ser feito em grupos formados por professores das mesmas áreas do conhecimento e depois reunindo os diferentes grupos ou, com grupos interdisciplinares desde o início.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DCN E ELABORAÇÃO DA PARTE DIVERSIFICADA DA BNCC

Talvez seja necessária assessoria especializada para conduzir estes encontros, de modo a garantir que seja um processo autoformativo, baseado na troca interdisciplinar e na pesquisa, e voltado para a consolidação de materiais de referência sobre a realidade local: sua história, geografia, cultura, linguagem, economia, tecnologias. O envolvimento de universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, com linhas de pesquisa e atuação em relação ao patrimônio natural, histórico, arquitetônico e cultural local favorecerá o aprimoramento profissional da rede e as alianças necessárias para o desenvolvimento da educação integral no município ou estado.

No mesmo sentido, também é importante envolver outras secretarias no processo. Secretarias como a de Planejamento, Meio Ambiente ou Cultura, por exemplo, devem ser convidadas a compartilhar dados e diagnósticos para a construção de uma leitura comum, abrangente, atualizada e problematizadora, sobre a cidade, estado ou região.

O material resultante deste processo deverá oferecer boas referências sobre o contexto local e as conexões com as componentes curriculares descritas nos documentos orientadores curriculares nacionais. Mas, é importante ressaltar que não se trata de conteúdos a serem incluídos nos currículos das escolas, uma vez que estas permanecem com autonomia para definir seu próprio currículo. Trata-se, sim, de processo coletivo de construção de referências de apoio para projetos e pesquisas que tenham o contexto local como objeto, que partam de estudos sobre o mais próximo em itinerários investigativos relativos às diversas componentes curriculares.

A orientações curriculares da rede, em sua concepção integral, deverão ser a base para os currículos de todas as escolas, qualquer que seja o modelo de política de educação integral definido pela secretaria: com ou sem ampliação da jornada escolar.

Caso o município ou estado já possua material desta natureza, o mesmo deverá ser debatido, revisto e atualizado pela rede, com base em análise prévia feita pelos responsáveis por esta frente de trabalho.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

4. PARCERIAS INTERSETORIAIS

A interlocução com as demais secretarias de governo, que se inicia na contextualização curricular, tem continuidade nas parcerias que garantem a educação integral, seja com ou sem a ampliação da jornada escolar.

Isso se dá, em primeiro lugar, pelo levantamento de todos os programas educacionais que as demais secretarias possuem e, à luz das orientações curriculares desenhadas, a definição de novos programas que elas podem desenvolver e a definição da forma de realizá-los com a ação protagonista das escolas.

É também possível e desejável que a secretaria de educação assuma a interlocução com outros agentes, inclusive de outros níveis de governo, não só para garantir uma oferta ainda mais diversificada e qualificada de oportunidades educativas, como condições para seu pleno aproveitamento pelos estudantes da rede. Para isso, é preciso levantar os programas educativos disponíveis em nível estadual e federal, selecionar os que fazem sentido do ponto de vista das orientações curriculares elaboradas, e operacionalizar a sua oferta e realização pelas escolas interessadas da rede.

No mesmo sentido, a Secretaria deverá estabelecer parcerias por meio de convênios com universidades, centros de pesquisa, centros culturais, equipamentos esportivos, museus, bibliotecas, parques e demais agentes da cidade e do estado que ofereçam oportunidades educativas nas diversas áreas do conhecimento.

A efetiva realização destas parcerias demandará ainda protocolos de colaboração que permitam, por exemplo, o transporte dos estudantes para os espaços da cidade onde acontecem atividades relevantes de acordo com as orientações curriculares elaboradas.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

5. ENCONTROS REGIONAIS

A pesquisa sobre os patrimônios físico, cultural, histórico e arquitetônico, sobre as paisagens e a economia do município ou estado levará, necessariamente, ao reconhecimento das diferenças e especificidades locais, seja em relação a bairros, regiões, conjunto de comunidades ou mesmo áreas que extrapolam os limites municipais.

As orientações curriculares deverão oferecer subsídios a este respeito e para isso é preciso que se criem espaços de debate e construção nestas regiões. Estes encontros serão conduzidos pelas escolas da rede que atendem os diversos níveis de ensino, garantindo-se o compartilhamento de experiências e visões dos que atuam com públicos de diferentes faixas etárias.

Com a finalidade da construção das referências regionais para as orientações curriculares do município ou do estado, o processo deverá incluir a participação dos outros agentes locais de produção de conhecimentos (escolas das outras redes de ensino, instituições de ensino superior, centros de pesquisa, centros culturais, entre outros) e agentes públicos de outros setores (equipamentos da saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, planejamento urbano, entre outros).

Estes encontros deverão produzir documentos orientadores, com relatos, dados e análises sobre o contexto local e também um plano de trabalho que estruture e mantenha as parcerias entre as escolas da rede e os demais agentes, de modo a assegurar a ampliação qualificada dos espaços e tempos para o desenvolvimento dos currículos das diversas escolas da região e as condições para o desenvolvimento integral dos estudantes.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

6. CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS ESCOLAS PARA A CONTINUIDADE DO PROCESSO

O processo de construção coletiva e interdisciplinar das orientações curriculares do município ou do estado conferirá à Equipe Gestora Central elementos que possibilitarão estabelecer as condições necessárias para que o trabalho coletivo e interdisciplinar tenha continuidade e se torne rotina nas escolas da rede. A partir do Diagnóstico da Rede, feito na Etapa 2 do Na Prática, serão feitas as mudanças necessárias na jornada de trabalho dos professores e na dedicação que têm a cada uma das escolas para que o planejamento coletivo, a sua participação nos encontros regionais, bem como a integração entre o seu trabalho e as atividades desenvolvidas nos outros espaços do território sejam garantidos. Especificamente no que se refere aos aspectos regionais das orientações curriculares, é preciso que a secretaria de educação crie as condições para que as escolas, no desenvolvimento de seus currículos, possam estabelecer parcerias com organizações locais bem como trazer para o espaço escolar mestres da comunidade, pessoas com capacidade de compartilhar com os estudantes seus conhecimentos e experiências sobre a história, as expressões culturais e outros aspectos locais.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

7. PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE APOIO

A construção coletiva das orientações curriculares convergirá para a produção de materiais didáticos específicos, criados pelos próprios professores. O material desenvolvido para cada nível de ensino constituirá uma publicação impressa e/ou digital disponível a todos os estudantes.

Estes materiais trarão relatos, dados, imagens e referências sobre o município ou o estado e as diversidades dos territórios que o compõem.

A edição dos materiais, sua linguagem e design, considerará as especificidades dos diferentes níveis de ensino, sempre em uma perspectiva interdisciplinar.

O caráter deste material será de apoio, consulta e referência, não devendo ser utilizado como uma apostila a ser seguida ponto a ponto. Com abordagens problematizadoras da realidade local, deve instigar reflexões, pesquisas e projetos. O sentido de autoria dos docentes da rede deve ser explicitado, mas também seu caráter inacabado, mantendo-se aberto a novas contribuições tanto dos professores quanto dos estudantes.

É possível que, para além da publicação impressa e/ou digital, o processo de construção coletiva das orientações curriculares produza outros tipos de recursos pedagógicos, que a secretaria da educação deverá disponibilizar a todos.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MATRIZ CURRICULAR

RESUMINDO

Passos para a utilização do instrumento (como?):

1. Definição dos responsáveis e da dinâmica de trabalho para a construção das Orientações
2. Estudo e disponibilização dos documentos orientadores nacionais
3. Contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e elaboração da Parte Diversificada da Base Curricular
4. Parcerias intersetoriais
5. Encontros regionais
6. Condições de trabalho nas escolas para a continuidade do processo
7. Produção de materiais de apoio

Produtos esperados (o que ele pode ajudar):

Materiais de apoio construídos pelos professores da rede com referências, dados e imagens sobre a realidade local, diferenciado para cada nível de ensino, para edição impressa ou digital.

PARA SABER MAIS

MARCO REGULATÓRIO

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (1996) –

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>

Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) –

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

Plano Nacional de Educação (2014) –

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Base Nacional Comum Curricular (em fase de aprovação) -

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf